

Equilíbrios de Poder na África Subsariana: do Terrorismo Islâmico ao Falhanço de uma Região

Bernardo Pires de Lima

Investigador no Instituto da Defesa Nacional

Resumo

Este artigo analisa o actual cenário geopolítico na África Subsariana. Serão considerados alguns indicadores sociais, políticos e económicos dos principais países da região ocidental africana, compreendida entre o Senegal e a Nigéria. Além deste enquadramento em redor das estruturas estatais, daremos uma particular atenção às modificações na natureza do Islão em África – tendo em conta que estamos perante sociedades com elevada percentagem de população muçulmana –, bem como à crescente presença de redes terroristas na região, concretamente a al-Qaeda.

Na última parte, analisaremos o comportamento de duas potências internacionais na região, procurando averiguar que tipo de percepções e reacções aos problemas da estabilidade e segurança regionais têm tido a China e os EUA.

Abstract

Balance of Power in Sub-Saharan Africa: from Islamic Terrorism to a Failed Region

This article analyses the current geopolitical environment in Sub-Saharan Africa, considering social, political and economic vectors on the main countries of Western African region, especially the ones located between the Senegal and Nigeria. Besides state structures' context, we will focus on changes on Islam's nature in Africa – we are analyzing societies with high rate of Muslim population – and on the growing presence of terrorist networks in the region, particularly al-Qaeda.

In the last section, we will analyze the behavior of two international powers towards that region, to find China's and United States' perceptions regarding the security and stability problems in Sub-Saharan Africa.

1. Introdução

Este artigo procura analisar o actual cenário geoestratégico na África subsariana. Nele, serão analisados alguns indicadores políticos, sociais e económicos dos principais países da região ocidental africana, compreendida entre o Senegal e a Nigéria. Além deste enquadramento em redor das estruturas estatais, daremos uma particular atenção às modificações na natureza do Islão africano – tendo em conta que estamos perante sociedades com elevada percentagem de população muçulmana –, bem como à crescente presença de redes terroristas na região, mais precisamente da al-Qaeda.

Na última parte, analisaremos o comportamento de duas potências internacionais na região, procurando descortinar que tipo de percepções e reacções têm tido a China e os EUA aos problemas da estabilidade e segurança regionais.

Como afirmou Abdennour Benantar, investigador do Grupo Magreb-Mediterrâneo do *Centre Interdisciplinaire de Recherches sur la Paix et d'Etudes Stratégiques (CIRPES-MSH)*, “il centro di gravità demografica del mondo arabo si trova nella sua parte africana”.¹ Se aliarmos a isto as debilidades estruturais dos mecanismos de coerção dos Estados africanos, à radicalização do Islão e seu ensino, assim como à entrada em cena de actores “indomáveis” como as redes terroristas transnacionais, poderemos estar na presença de um caldo social e político ao jeito perfeito do terrorismo moderno: um projecto político totalitário de destruição da liberdade e segurança ocidentais.

2. Antecedentes e Condicionantes Regionais

A região subsariana da África ocidental tem, desde há muito, um conjunto de factores endógenos que têm vindo a condicionar o seu desenvolvimento e a segurança regionais. A razão porque escolhemos estudar um conjunto de países dessa zona de África prende-se não só pela sua proximidade com um país lusófono, caso da Guiné-Bissau, mas porque, em nosso entender, esta é uma região merecedora da atenção internacional.

Na primeira parte deste trabalho, procurar-se-á demonstrar o modo como se podem interligar um conjunto de factores internos e de que forma esse resultado é espelho, ou não, de um certo modelo padrão governativo, social, religioso e cultural. Nesta fase, debruçar-nos-emos sobre o contexto regional, em particular a faixa que vai do Senegal

1 Abdennour Benantar, “Arabi Africani Uniti per Cacciare l’Intruso Occidentale”, *LIMES*, N.3, 1997, p. 96.

à Nigéria, passando pela Guiné Conakri, Guiné-Bissau, Gambia, Mali, Serra Leoa, Libéria e Costa do Marfim.

Podemos considerar estes regimes em três tipos diferentes: “electoral democracy”, “semi-democracy/semi-autocracy” e “liberalized autocracy”.² De acordo com este modelo, proposto por Michael Bratton, do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Michigan, as únicas democracias eleitorais são o Senegal e o Mali, enquanto que a Nigéria e a Serra Leoa são regimes híbridos - isto é, semi-democráticos/semi-autoritários - e os restantes são considerados autocracias liberalizadas, um modelo distinto das denominadas “autocracias irreformáveis”. Perfeitamente discutível, este agrupamento apenas pretende ser uma proposta de análise, pela qual nos iremos reger.

Enquanto actores regionais num período pós-colonial, estes países africanos, de uma forma geral, são herdeiros desse condicionalismo, na medida em que muitos deles não conseguiram aproveitar as independências para se estabilizarem. Pelo contrário, foram palcos de lutas e divisões internas por longos períodos, com as naturais consequências para o seu desenvolvimento enquanto Estados consolidados. Construir um sistema democrático sobre incipientes estruturas políticas herdadas por alguns duros processos independentistas, nunca foi tarefa fácil nem tão pouco algo que, num curto espaço de tempo, produzisse resultados.³ De qualquer forma, a região ocidental africana não foge à regra, embora sejam públicos alguns estudos que nos dão conta da vontade popular em caminhar para a democracia. No Mali, por exemplo, cerca de 60% da população está satisfeita com o sistema democrático que foi sendo construído, enquanto que na Nigéria, essa percentagem ascende aos 85%.⁴

O ponto, no entanto, é o enfraquecimento das estruturas políticas, ao mesmo tempo que não se promove o desenvolvimento de uma sociedade civil activa. Destas duas vertentes resulta um impasse no crescimento de um regime político sólido, onde

2 Cf. Michael Bratton, “State Building and Democratization in Sub-Saharan Africa: Forwards, Backwards, or Together?”, *Afrobarometer Working Paper* N. 43, September 2004; Larry Diamond, “Thinking About Hybrid Regimes”, *Journal of Democracy*, Vol. 13, N. 2, April 2002; Adrian Karatnycky, “National Income and Liberty”, *Journal of Democracy*, Vol. 15, N. 1, January 2004.

3 Sobre esta temática ver, Martin Meredith, *The State of Africa: A History of Fifty Years of Independence*, London, Free Press, 2005.

4 Cf. Wonbin Cho, “Political Institutions and Satisfaction with Democracy in Sub-Saharan Africa”, *Afrobarometer Working Paper* N. 39, June 2004, pp. 4-5. Sobre a metodologia em torno do conceito de “satisfação com a democracia” ver, Damaris Canache, Jeffrey J. Mondak and Mitchell A. Seligson, “Meaning and Measurement in Cross-National Research on Satisfaction with Democracy”, *Public Opinion Quarterly*, Vol. 65, 2001.

se possam desenvolver ligações sistêmicas de carácter democrático e duradouro. Salvo algumas excepções, embora residuais e recentes, a África subsariana em estudo está ainda bem mais próxima destas condicionalidades político-sociais. Na opinião de Stefan Mair, sub-director do *German Institute for International and Security Affairs*, a região da “Sub-Saharan Africa is home to more failing states than any other region. Somalia, Liberia, Sierra Leone and the Democratic Republic of the Congo are in the final throes of a process of state disintegration. Guinea, Chad, the Central African Republic, the Republic of Congo, Sudan and Angola are also in the advance stages of this process”. E prossegue, dizendo: “But even in more or less functioning states such as Kenya, Tanzania, Mali, Zambia, Cameroon, Malawi and, until recently, Côte d’Ivoire the state is hardly capable of effectively maintaining a monopoly on violence and controlling the entire territory of the country”.⁵

Sabemos, também, que o monopólio estatal da força está, na generalidade dos casos, circunscrita às grandes cidades, em particular às capitais. Fora das zonas urbanas, a insegurança resulta de uma quase inexistência de meios policiais, ao qual se conjugam elevados níveis de corrupção e criminalidade em torno das polícias. Como exemplo disto mesmo, tomaremos em conta os dados recentes divulgados pelo *Global Corruption Report 2005*, onde se analisam os índices de corrupção de 145 países. Numa escala de 0 (corrupção elevada) a 10 (baixa corrupção), o Senegal apresentava um valor de 3, a Gambia de 2.8, o Mali de 3.2, a Serra Leoa de 2.3, a Costa do Marfim de 2 e, na cauda da tabela, a Nigéria com 1.6.⁶ De referir, ainda, que tanto a Guiné Conakri, como a Libéria e a Guiné-Bissau não são focados neste estudo, um claro sintoma que existem enormes dificuldades de penetração académica e analítica nestes Estados.

Do ponto de vista do desenvolvimento económico e social, o retrato não é, de forma alguma, animador. Alguns indicadores demonstram o atraso estrutural nesta região que, segundo alguns autores, se deve à herança colonial, ao tipo de regimes políticos que emergiram com as independências e à implosão das estruturas que, bem ou mal, sustentavam o Estado Nação sob o jugo colonial.⁷

5 Stefan Mair, “Terrorism and Africa: On the Danger of Further Attacks in Sub-Saharan Africa”, *African Security Review*, Vol. 12, N. 1, 2003, p. 109.

6 *Global Corruption Report 2005*, London, Transparency International, 2005, pp. 235-238. Os valores apresentados revelam um índice denominado *Corruption Perceptions Index* (CPI), formado com base nas análises de universidades, instituições e organizações internacionais, assim como economistas, cientistas políticos, analistas, empresários, e sociólogos, profundos conhecedores dos países em causa.

7 Cf. John Hunwick, “Sub-Saharan Africa and the Wider World of Islam”, in David Westerlund and Eva Evers Rosander (eds.), *African Islam and Islam in Africa: Encounters Between Sufis and Islamists*, Ohio, Ohio

Segundo o Relatório das Nações Unidas de 2004, podemos verificar que todos os países em análise se encontram nos últimos lugares, num total de cento e setenta e sete Estados.⁸

Tabela 1. *United Nations Development Programme Report 2004*

	PIB <i>Per Capita</i> (Dólares)	Esp. Média Vida 2000-05	Tx. Literacia (% >15 anos)	Ranking IDH
Senegal	1,58	53	40%	157
Guiné Conakri	2,1	49	39%	160
Gambia	1,69	54	41%	155
Mali	930	49	37,8%	174
Serra Leoa	520	34	19%	177
Costa do Marfim	1,52	41	49,7%	163
Guiné Bissau	710	45	39,6%	172
Nigéria	860	52	66,8%	151

Nota: Não existem dados sobre a Libéria.

Para além deste foco inicial, os baixos valores relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dão-nos a percepção do enquadramento global desta região africana. Composto por três parâmetros essenciais - longevidade, conhecimento (literacia e escolaridade) e nível de vida (paridade de poder de compra) - uma das grandes vantagens deste indicador é possibilitar uma comparação entre vários países, num mesmo espaço de tempo, em termos qualitativos. Por outras palavras, o que um indicador como o PIB *per capita* não nos diz, pode ser descrito se o complementarmos com o IDH. Este, por seu lado, dá-nos uma dimensão mais qualitativa dos índices sócio-económicos, podendo-se averiguar se as políticas concretas nos domínios em questão estão a produzir resultados ou não. De uma forma geral e tendo em conta

University Press, 1997, pp. 28-54; Cf. Juan Batista González, "El Dominó Africano", *Revista Ejército*, N. 753, Diciembre 2003, pp. 18-24.

8 O Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD (*United Nations Development Programme*) pode ser consultado em <http://hdr.undp.org/reports/global/2004>.

o que representam estes indicadores e o ranking dos respectivos países, estamos em presença da mais pobre e disfuncional região do planeta, com altos níveis de corrupção, iliteracia, pobreza, com epidemias catastróficas, guerras civis constantes, mas com recursos naturais de enorme riqueza. Este paradoxo constitui o fundamento para a importância capital do estudo desta zona de África. Este quadro é a base quotidiana para populações muçulmanas, que nalguns casos preenchem mesmo a totalidade do tecido social.

Robert D. Kaplan retratava o cenário particular da Serra Leoa como paradigmático do que se passava um pouco por toda a costa ocidental africana: o enfraquecimento dos governos centrais, o desenrolar de tensões tribais e regionais, o alastramento desenfreado de doenças e o crescimento de guerras civis, dotaram esta região de debilidades estruturais incontornáveis.⁹ A par disto, e em consequência de inúmeras guerras civis, maciços movimentos de refugiados transportaram consigo outro tipo de problemas, estes bem vinculados pela intolerância cultural que muitos destes povos partilham entre si, o que dificultou sobremaneira a emigração desses refugiados para territórios fronteiriços.

A história recente da África subsariana – leia-se nos últimos vinte e cinco anos – mostrou-nos como a instabilidade política se tornou promotora de desequilíbrios sociais e de tensões permanentes em sociedades tribalizadas ou divididas por questões religiosas. Por outras palavras, em países onde a debilidade do Estado e da própria governação são atizados por problemas sociais, acaba por se gerar um efeito dominó perigoso para a estabilidade e segurança regionais.¹⁰ Tenhamos em conta alguns dados recentemente divulgados.

9 Cf. Robert D. Kaplan, *The Coming Anarchy: Shattering the Dreams of the Post Cold War*, New York, Vintage Books, 2000, pp. 3-19.

10 Cf. Mark Juergensmeyer, *The New Cold War? Religious Nationalism Confronts the Secular State*, Berkeley, University of California Press, 1993.

Tabela 2. Golpes de Estado e Motins na África Ocidental (1980-2003)

	Golpes de Estado	Golpes Falhados/Motins
1980	Guiné Bissau; Libéria	Mali
1981		Mali
1983	Nigéria	
1984	Guiné Conakri	
1985	Nigéria	Guiné Bissau; Guiné Conakri; Libéria
1991	Mali	
1992	Serra Leoa	
1993	Nigéria	Mali
1994	Gambia	
1996	Serra Leoa	Guiné Conakri; Gambia
1997	Serra Leoa	
1998		Guiné Bissau
1999	Guiné Bissau; Costa do Marfim	
2000		Guiné Bissau; Costa do Marfim; Serra Leoa
2001		Costa do Marfim
2002		Costa do Marfim
2003	Guiné Bissau	Costa do Marfim

Fonte: Richard Reeve, "Focus of West African Instability Shifts to Guinea", *Jane's Intelligence Review*, February 2004, p. 14.

Através desta tabela podemos verificar que esta região de África regista uma propensão para a conflitualidade, fruto dos desequilíbrios atrás enunciados. A periodicidade com que, nas últimas duas décadas, se verificaram tentativas de golpe de Estado ou outros que acabaram por resultar em motins com particular gravidade para a estabilidade nacional, foi bastante grande.

No caso particular da Guiné-Bissau, o país teve um trajecto típico de uma ex-colónia. Desagregado o império português, presenciou-se a um conjunto de dificuldades em erguer estruturas internas (económicas, políticas, sociais, judiciais) de modo a soli-

dificar instituições e os mecanismos previsíveis de condução das políticas públicas. Deste modo, a sedimentação das estruturas estatais foram dificultadas o que, naturalmente, vem impedindo qualquer tipo de criação de um sistema democrático eficaz e próspero. Como muito bem refere Richard Reeve, partindo do golpe de Estado de Setembro de 2003, “this have been precipitated by the state’s inability to meet defence expenditures commitments. Bankrupt states are consistently unable to meet these commitments and are politically incapable of demobilising surplus troops, however old, unfit or incompetent”. E conclui da seguinte forma, associando a ausência de compromissos institucionais entre as esferas política e militar à insegurança interna: “in consequence, the armed forces, police, border guards and customs authorities have typically become part of the criminal process”.¹¹

3. A Alteração do “Islão Africano”

Atendendo aos factos concretos, que nos dizem tratar-se esta de uma região com enormes percentagens de população muçulmana, existem alguns riscos inerentes à mesma, tendo em conta que a visão do Islão adoptado tem vindo a sofrer alterações na sua natureza.¹² Não que uma sociedade predominantemente muçulmana represente algum perigo para a segurança e estabilidade da África Ocidental, ou mesmo de outras áreas regionais, mas porque nos países em análise convergem alguns indicadores que podem originar resultados mais graves do que os actuais. Além do mais, o Islão africano não era até há uns anos atrás violento por tradição, mas antes caracterizado por uma vertente mais pluralista e tolerante se comparado com outras zonas do mundo, o que poderá explicar a ausência de atenção internacional para o que aqui se foi desenvolvendo.

Naturalmente que os acontecimentos internacionais pós “11 de Setembro” colocaram a ameaça terrorista islâmica na agenda de segurança dos Estados, mas o problema em África é anterior aos ataques a Nova Iorque e Washington. Recuando um pouco no tempo, foi precisamente no coração do Continente africano que, em Agosto de 1998,

11 Richard Reeves, “Focus of West African Instability Shifts to Guinea”, *Jane’s Intelligence Review*, February 2004, p. 13.

12 Cf. René Otayek, “Religion et Globalisation: L’Islam Subsaharien à la Conquête de Nouveaux Territoires”, *La Revue Internationale et Stratégique*, N. 52, Hiver 2003-2004, pp. 51-65.

as embaixadas norte-americanas em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, e Nairobi, no Quênia, foram alvos de ataques da al-Qaeda - 224 mortos - e, em 2002, quinze israelitas foram assassinados em Mombassa (Quênia) na sequência da explosão de um carro suicida. Já em 2005, Sharm el-Sheikh, no Egipto, assistia a um dos piores ataques terroristas da sua história: oito mortos e cerca de cento e cinquenta feridos. A autoria foi reivindicada pelo grupo *Abdullah Azzam Brigades*, com ligações à al-Qaeda, e mais tarde por outros dois, os *Holy Warriors of Egypt* e os *Tawhid and Jihad Group in Egypt*. Este tipo de situações revela, desde logo, uma ânsia de projecção de poder entre grupos mas, também, uma sofreguidão pela autoria dos ataques. Uma espécie de inadiável martírio.

Na costa oriental, a mesma al-Qaeda tinha entre 1991 e 1996 instigado a rebelião no Sudão, fazendo deste Estado frágil o seu centro operacional na região. Os resultados, além de conhecidos - o Sudão mergulhou num caos absoluto - são reveladores do *modus operandi* das redes terroristas actuais em cenários de maioria muçulmana com estruturas de governação a roçar a incipiência. Nesta mesma costa, agora na Somália, a rede de Bin Laden procurou aliar-se ao movimento *Al-Ittihad al-Islam* e a um pequeno grupo radical no Quênia liderado por Mohammed al-Fasul, com laços à Ásia do Sul e ao triângulo composto pelos Camarões, Zanzibar e Quênia. Esta convergência de esforços e interesses resultou, precisamente, nos já referidos ataques às embaixadas norte-americanas em 1998.¹³

Mas se as atenções da luta anti-terrorista se centraram no Afeganistão e no Iraque, por razões que não entram neste trabalho, África não deixou de desenvolver as suas redes de financiamento e prática terroristas, nem tão pouco de ser palco privilegiado da intromissão de actores não-estatais num número gritante de Estados falhados ou frágeis institucionalmente. Como afirma Jonathan Stevenson, investigador no *International Institute for Strategic Studies*, "The first problem entails to strengthening weak states and resuscitating failed ones whose inhabitants may be susceptible to the material rewards that well-funded non-state actors could provide them, or whose security institutions are simply too undermanned, ill-equipped and inexperienced to combat terrorist activity effectively".¹⁴

13 Anthony Lake, Christine Todd Whitman, Princeton N. Lyman and J. Stephen Morrison, "More than Humanitarianism: A Strategic U.S. Approach Toward Africa", *Council on Foreign Relations Report*, December 2005, pp. 53-59.

14 Jonathan Stevenson, "Africa's Growing Strategic Resonance", *Survival*, Vol. 45, N. 4, Winter 2003-2204, p. 158.

Tradicionalmente, o islão africano não apresenta semelhanças com o que se vai passando em zonas como o Médio Oriente. Era caracterizado, como referimos, bem mais pela tolerância e pela inclusão de terceiros do que pelo radicalismo face ao outro ou por uma doutrina de exclusão de outras fés.¹⁵ Inspirado pelo sucesso da revolução islâmica no Irão (1979) e pela doutrina *qutbista*, desde a década de 1990 – sobretudo com uma intervenção mais activa da Arábia Saudita – foi-se alterando a natureza da islamização na África ocidental e central.¹⁶ Esta influência saudita teve não só uma dimensão moral, como proporcionou um fluxo financeiro que colmatava algumas deficiências institucionais desses países africanos: sistema de ensino débil, desemprego crescente e uma fraca separação entre as esferas religiosa e estatal. A “ajuda ao desenvolvimento” dada por alguns países islâmicos, com protagonismo para os sauditas, concentrou-se exactamente na educação corânica como forma de preencher a ausência de uma rede escolar alternativa. Educar crianças pelo islão radical é a melhor maneira de alastrar a sua influência a toda a sociedade: assim, secundarizando a violência, conseguem-se objectivos mais estruturados e duradouros.

A estratégia adoptada pelos radicais islâmicos, que aos poucos vão entrando nas estruturas sociais dos Estados passa, como já vimos, pela não adopção de uma revolta armada imediata. De facto, não temos conhecimento, até à data, de comunicados mediáticos com vista à rebelião islâmica naquela região por nenhum membro de uma qualquer organização terrorista, o que faz supor que a orientação se encontra vocacionada, sobretudo, para a exploração das condições sociais existentes para a partir daí avançarem com a sua agenda política, económica e cultural. Atacando o *status quo* por dentro, garante-se uma maior implantação que possa, num médio prazo, influenciar a condução política e económica de uma região com recursos naturais valiosos.¹⁷

Como muito bem explicam Charlotte A. Quinn e Frederick Quinn, o islão na África subsariana vem emergindo como uma espécie de identidade comum entre aqueles que

15 Cf. International Crisis Group, “Islamic Terrorism in the Sahel: Fact or Fiction?”, *Africa Report*, N. 92, 31 March 2005, p. 2.

16 Inspirado pelo egípcio Sayyid Qutb (1906-1966) – intelectual e activista de uma *jihād* global com expressão ideológica por todo o Médio Oriente e também em África – o Islão africano tem vindo a radicalizar-se e a constituir-se como elemento agregador entre sociedades muçulmanas com carências a diversos níveis. Cf. Bernard Guillerez, “Afrique: Le Rôle Politique de L’Islam en Afrique”, *Défense Nationale*, Avril 1992, p. 65; Martin Meredith, *The State of Africa... Op.cit*, pp. 443-445.

17 Cf. David McCormack, “An African Vortex: Islamism in Sub-Saharan Africa”, Occasional Papers Series, N. 4, *Center for Security Policy*, January 2005, p. 2.

são vítimas da fraqueza social de países com as debilidades estatais já referidas.¹⁸ Numa outra obra de referência sobre a história do Islão em África, Nehemia Levtzion e Randall L. Pouwels analisam um conjunto de variáveis em presença ao longo de catorze séculos. Uma das principais conclusões desta obra prende-se exactamente com o facto de termos vindo a assistir a uma radicalização do discurso religioso nas últimas décadas.¹⁹ No capítulo dedicado à região africana em foco neste artigo, sobretudo nas décadas seguintes às independências, insistem os autores numa alteração programática da religião islâmica enquanto fonte legitimadora da condução política do Estado ou do que se ergueu com ele.²⁰

A Norte, a conhecida região do Sahel – Mauritânia, Mali, Níger e Chade – tem sido alvo de uma atenção redobrada por parte, por exemplo, das autoridades norte-americanas. Nesta zona, aliam-se espaços não governados, fronteiras incipientes, banditismo generalizado mas, também, um espaço de tráfico preferencial das grandes rotas de contrabando, além de se consolidarem laços cada vez mais próximos com grupos do Médio Oriente e Magreb.²¹ Face a esta situação, a Administração Bush, através do *State Department*, elaborou um programa denominado *Pan Sahel Initiative* (Novembro 2002) com a finalidade de trabalhar com estes países no combate ao banditismo, ao tráfico de droga e ao terrorismo transnacional. Estas iniciativas, estenderam-se também às Forças Armadas através de programas de treino militar, ajuda às comunicações e à navegação terrestre de unidades militares. Nesta matéria, por razões de proximidade e entendimento histórico, a União Europeia (UE) pode vir a assumir um comportamento também activo, sob pena de perder o já reduzido controlo da situação.

De uma forma mais rigorosa, convém termos em atenção alguns números sobre o tecido social muçulmano nestes Estados.

18 Cf. Charlotte A. Quinn and Frederick Quinn, *Pride, Faith and Fear: Islam in Sub-Saharan Africa*, New York, Oxford University Press, 2003.

19 Nehemia Levtzion and Randall L. Pouwels (eds.), *History of Islam in Africa*, Ohio, Ohio University Press, 2000.

20 *Idem*, Cap. 9.

21 International Crisis Group, “Islamic Terrorism in the Sahel: Fact or Fiction?”, p. 35.

Tabela 3. População Muçulmana na África Subsariana em 2003

	População Total	População Muçulmana	População Muçulmana (em %)
Senegal	10.580.370	9.945.489	94
Guiné Conakri	9.246.462	7.859.493	85
Gambia	1.546.848	1.392.163	90
Mali	11.956.788	10.761.109	90
Serra Leoa	5.732.681	3.439.609	60
Libéria	3.317.176	663.435	20
Costa do Marfim	16.962.491	6.784.996	40
Nigéria	133.881.703	66.940.852	50

Fonte: CIA World Factbook 2004.

O caso do colosso nigeriano é paradigmático. Sendo o país mais populoso de África e o segundo com maior número de muçulmanos – logo a seguir ao Egipto – a Nigéria tem a Norte do seu território, em especial através da etnia Hausa-Fulani, fortes ligações com irmandades muçulmanas da África Ocidental, bem como aos centros de ensino islâmico no Médio Oriente.²² Doze das trinta e seis províncias nigerianas operam sobre a *Sharia* – lei geral islâmica –, tendo as fronteiras a Norte fragilidades tais que se tornam cada vez mais permeáveis a grupos hostis provenientes do corredor que liga o Yemen, a Arábia Saudita, o Sudão e o Chade.²³ Nas palavras de Princeton Lyman e Stephen Morrison, “no one anticipated the tremendous popularity of this move [introducing Islamic criminal law]. Sharia offered a sense of hope to people faced with rising crime and increasing instability”.²⁴ A lei islâmica tornou-se por um lado, um factor de fortalecimento do poder político nigeriano, por outro, veio agudizar as clivagens crónicas entre cristãos e muçulmanos no país.

22 Cf. Princeton N. Lyman and J. Stephen Morrison, “The Terrorist Threat in Africa”, *Foreign Affairs*, Vol. 83, N. 1, January/February 2004, p. 79.

23 Anthony Lake, Christine Todd Whitman, Princeton N. Lyman and J. Stephen Morrison, “More than Humanitarianism: A Strategic U.S. Approach Toward Africa”, *Council on Foreign Relations Report*, December 2005, p. 55.

24 Princeton N. Lyman and J. Stephen Morrison, *Op.cit.*

Este ponto é fundamental para a compreensão desta problemática. Tanto a Nigéria como outros Estados vizinhos – Senegal, o Mali ou a Guiné Conakri – foram nos últimos anos apetecíveis alvos de financiamentos estrangeiros, nomeadamente da Arábia Saudita, Líbia e Irão. No que toca à Nigéria, enquanto potência regional com influência em toda a zona, vale a pena debruçarmo-nos um pouco sobre a sua realidade interna.

4. A Potência Regional: O Caso da Nigéria

Com mais de 60 milhões de muçulmanos, os últimos cinco anos demonstraram uma crescente preponderância dos islamistas radicais no norte do país, com a adopção de processos de codificação e adaptação de algumas políticas sociais islâmicas. Tal actividade tem provocado focos de tensão e violência ameaçadores da própria viabilidade e sustentação de um Estado central forte. A distribuição religiosa nigeriana – traduzida num Sul animista e católico e num Norte predominantemente muçulmano – ao criar as tais clivagens e tensões sociais, dota a ideologia radical islâmica de um fortalecimento maior, que pode constituir alternativa à corrupção, ao tecido empresarial e à opressão política oferecida pelo regime nigeriano.²⁵ Como já havíamos referido, a Nigéria é, nada mais nada menos, que o país com maiores índices de corrupção, o que cria um vazio no próprio sistema de coerção por parte da suposta autoridade do Estado.

Auto considerados como os defensores dos direitos legítimos muçulmanos, os islamistas consideram a sua acção fora do centro político moderado. Em consequência disto, fundaram em Outubro de 2000, o *Channel Islam International*, sob o alto patrocínio do Príncipe Al Saud, conselheiro do Príncipe saudita Abdullah, uma forma de difusão por satélite das ideias islâmicas, procurando educar futuros membros através da divulgação meticulosa do Corão.²⁶

O presidente líbio Moammar Kaddafi expressou, há tempos, o seu desejo em “to make Islam triumphant in Africa”.²⁷ Sabe-se que “a Líbia, a par do Kuwait,

25 David McCormack, “An African Vortex: Islamism in Sub-Saharan Africa”, Occasional Papers Series, N.4, Center for Security Policy, January 2005, p. 9.

26 “About us”, *Channel Islam International*, disponível em www.channelislam.com/about.htm.

27 Paul Marshall, “Radical Islam’s Move to Africa”, *Washington Post*, 16 October 2003.

tem sido um dos principais financiadores de movimentos islâmicos na África ocidental, inclusive na Guiné-Bissau com a construção de madrassas²⁸, mas o que revela esta frase é a tendência pan-islamista que se pretende ver realizada em toda a África, sobretudo na África negra, onde o Islão tem vindo a ganhar preponderância.

Outro dos principais incentivadores desta ideia globalizante de um Islão radical, tem sido a Arábia Saudita. Sob a forma de ajuda humanitária ou de apoio ao desenvolvimento, a própria realeza saudita tem dado a cara em apoios avultados a alguns Estados subsarianos. Veiculados em massa através do Fundo Saudita para o Desenvolvimento (SFD), que iniciou actividade em meados da década de 1970, estes financiamentos com destino a países subsarianos rondaram entre 1975 e 2003 os dois biliões de dólares.²⁹ No mesmo período, esse organismo desbloqueou uma outra verba, sob a forma de bolsas para ajuda aos países mais carenciados da região subsariana, no valor de 750 milhões de dólares.³⁰

Outro dos aspectos curiosos desta ligação entre sauditas e países africanos com grande número de população muçulmana, altos níveis de corrupção e instabilidade interna, é o avultado investimento directo na construção de mesquitas e escolas corânicas. Exemplos disto são as mesquitas construídas no Mali, Guiné Conakri e Nigéria com verbas directamente disponibilizadas pelo Rei Faisal da Arábia Saudita.³¹ Mesquitas estas que não servem meramente como centros de culto islâmico, mas também como centros de estudo e investigação, contendo bibliotecas, escolas e centros de leitura. Uma forma concertada de islamizar populações onde a iliteracia impera e o sistema de ensino não funciona.

Contudo, a concepção pan-islamista nesta zona de África não deve ser dissociada dos progressos alcançados na zona oriental do continente. O Sudão, enquanto santuário islâmico envolvido num sangrento conflito civil e religioso, viu-se confrontado com a entrada maciça de dois milhões de cópias do Corão em Cartum. Os autores desta iniciativa davam pelo nome de *Muslim World League*, uma Organização Islâ-

28 Entrevista do autor ao Dr. Paulo da Silva, ex-Secretário de Estado da Cultura e Desportos (1994-1996), ex-Ministro da Educação Nacional (1996-1997) e ex-Ministro da Presidência (1999) da Guiné Bissau.

29 *The Saudi Fund for Development*, disponível em www.sfd.gov.sa/english/geo_dist.htm

30 Latheef Farook, "Saudi Aid to Developing Countries Totals \$75.5b", *Saudi Arabian Information Resource*, disponível em www.saudinf.com/main/y4138.htm.

31 "Support for Mosques and Islamic Centers in Africa", *King Fahd Bin Abdul Aziz website*, disponível em www.kingfahdbinabdulaziz.com/main/m4107.htm

mica fundada em 1962, que advoga a aplicação das regras da *Sharia* quer por indivíduos, grupos ou Estados, estendendo ajuda urgente a muçulmanos afectados pela guerra ou desastres naturais e incentivando a construção de mesquitas.³²

O caso do Sudão é paradigmático do que pode acontecer a um país com maioria de população muçulmana e rico em petróleo, descoberto na região Sul, em 1983. A conjugação destes dois factores - semelhante ao que existe na Nigéria - contribuiu para o reacender de uma guerra civil sangrenta em que Cartum procura impor a *Sharia* a todo o território, ao contrário de outros Estados africanos onde aquela é apenas imposta às comunidades muçulmanas.

No caso nigeriano, como já vimos, a concentração de recursos petrolíferos a Sul não contribuiu para um desenvolvimento substancial do país, antes acendeu novas tensões exacerbadas por divisões religiosas. Também neste caso, o risco de instrumentalização da religião em redor das fraquezas e debilidades políticas e sociais pode desembocar em gravíssimos problemas para a Nigéria que, inevitavelmente, se estenderão aos países vizinhos.³³ Segundo alguns especialistas, crê-se que em 2015, a África Ocidental seja exportador de um quarto das necessidades petrolíferas norte-americanas.³⁴ Este facto confere uma particular sensibilidade ao caso nigeriano, enquanto maior produtor de petróleo da região e principal interlocutor em diversas iniciativas alargadas - caso das negociações da União Africana face à crise no Darfur.³⁵

Segundo dados fornecidos pelo *Patterns of Global Terrorism*, no elenco que faz anualmente sobre os incidentes terroristas no mundo, a 29 de Janeiro de 2001, na Nigéria, militantes armados incendiaram diversos poços de petróleo no Sul do país, causando a perda diária de quarenta mil barris, de acordo com relatórios da imprensa. Supõe-se que a autoria destes atentados fosse dos separatistas étnicos da *Ijaw Youth*. De acordo com estes relatórios o número de incidentes na Nigéria envolvendo ataques terroristas tem vindo a pautar-se por raptos de cidadãos estrangeiros, sobretudo trabalhadores de empresas britânicas e norte-americanas do sector petrolífero.

32 "Objectives", *The Muslim World League*, disponível em www.muslimworldleague.org/mwlwebsite_eng/index.htm

33 Sobre esta questão ver, Carla Folgôa, "Penetração Islâmica em África", *Janus* 2003, pp. 136-137.

34 Cf. Princeton N. Lyman and J. Stephen Morrison, "The Terrorist Threat in Africa", *Foreign Affairs*, Vol. 83, N. 1, January/February 2004, p. 83.

35 Cf. David L. Goldwyn and J. Stephen Morrison, "A Strategic U.S. Approach to Governance and Security in the Gulf of Guinea", *CSIS Task Force Report*, July 2005, p. 4.

Por outras palavras, podemos concluir que o processo de islamização nos dois lados de África, a Ocidente e a Oriente, está a ter sucesso nos últimos anos. Estratégia esta que relaciona ausência de mecanismos de coerção por parte do Estado, sobre os quais se impõem outros vectores de actuação das comunidades islâmicas, com a exacerbação da lei corânica face ao vazio ideológico e cultural da maioria das populações, fortemente iliteradas.

5. Os EUA, a China e a Segurança Regional

Pondo de parte o Senegal e o Gana, todos os outros países atravessam situações muito precárias, como já referimos anteriormente. Com vulnerabilidades comuns que os tornam atractivos ao islamismo radical e ao terrorismo transnacional, são aquilo a que podemos apelidar de Estados frágeis e/ou falhados.³⁶ Esta dimensão da ameaça à segurança internacional está patente, entre outros documentos internacionais recentes, na Estratégia de Segurança Nacional dos EUA (2002), documento sobre o qual se têm desenvolvido projectos de cooperação em domínios que se apresentam como débeis para a segurança regional. Pouco tempo depois, também a UE, na sua Estratégia de Segurança, considerou a existência de factores potencialmente geradores de instabilidade na África subsariana, que podem vir a representar uma ameaça numa escala mais alargada.³⁷ Não nos esqueçamos que as fronteiras europeias e africanas são demasiado próximas e um eventual clima de perturbação de grande dimensão em África poderá provocar um fluxo de refugiados, imigrantes ilegais e criminalidade com os quais a Europa terá de se confrontar. O alastramento da ameaça terrorista a zonas de difícil controlo estatal, assim como a governos pouco cooperantes com a comunidade internacional, dota esta problemática de contornos de alerta superior aos que até agora têm sido observados.

Debruçemo-nos, pois, sobre a Estratégia de Segurança Nacional (ESN) dos EUA. O primeiro ponto relevante quanto ao terrorismo é que a Administração não faz distinção entre terroristas e aqueles que lhes dão ajuda: “We make no distinction between terrorists and those who knowingly harbor or provide aid to them”.³⁸

36 Cf. “The Failed States Index”, *Foreign Policy*, May/June 2006, pp. 50-58.

37 Cf. “A Secure Europe in a Better World: European Security Strategy”, Brussels, 12 December 2003.

38 “The National Security Strategy of United States of America”, Washington, September 2002, p. 5.

O segundo ponto, refere-se ao cruzamento entre factores facilitadores da atracção de redes terroristas: “Yet poverty, weak institutions, and corruption can make weak states vulnerable to terrorist networks and drug cartels within their borders”.³⁹

O terceiro ponto é a defesa do multilateralismo como prática face aos países africanos, nomeadamente os frágeis Estados da região subsariana: “We will work with others for an Africa continent that lives in liberty, peace, and growing prosperity. [...] Countries with major impact on their neighborhood such as South Africa, Nigeria, Kenya, and Ethiopia are anchors, for regional engagement and require focused attention”.⁴⁰

Em quarto lugar, fazendo valer a aliança com a Europa, vinca-se a necessidade de fortalecer os frágeis Estados africanos para que não sejam paraísos às mãos das redes terroristas: “Together with our European allies, we must help strengthen Africa’s fragile states, help build indigenous capability to secure porous borders, and help build up the law enforcement and intelligence infrastructure to deny havens for terrorists”.⁴¹

Concluindo, a associação entre Estados fracos, redes terroristas e segurança regional, afiguram-se como constantes em algumas regiões do mundo, em particular África. Neste campo, a ameaça regional é, também, uma ameaça à segurança internacional. Num recente relatório, o *Council on Foreign Relations* apontou algumas directrizes sobre o problema regional subsariano para os EUA. Duas conclusões foram extraídas deste estudo.⁴² A primeira, é que se torna contraproducente olhar para África apenas como um problema humanitário ou de solidariedade quando estão também em jogo questões como a sustentabilidade energética, o terrorismo e epidemias como o HIV. Nestas matérias, ainda, a preocupação norte-americana deve ser redobrada face à emergência da China nestes cenários. Por outras palavras, também aqui se jogam, ao mais alto nível, os interesses das grandes potências no sistema internacional. Em segundo lugar, é necessário um maior conhecimento de África e das suas particulares realidades, para melhor intervir na região. A melhoria dos meios diplomáticos e de *intelligence* reforçarão a eficácia da acção no terreno, em resultado desse melhorado entendimento.

39 *Idem*, p. ii.

40 *Idem*, p. 10-11.

41 *Ibidem*.

42 Anthony Lake, Christine Todd Whitman, Princeton N. Lyman and J. Stephen Morrison, “More than Humanitarianism: A Strategic U.S. Approach Toward Africa”, *Council on Foreign Relations Report*, December 2005.

A ajuda multilateral norte-americana para África aumentou entre 2000 e 2004, de 2,05 bilhões de dólares para 4,3 bilhões, enquanto que a ajuda bilateral quase triplicou no mesmo período: passou de 1,139 bilhões, para 3,195 bilhões.⁴³ Na mesma linha, tanto a Administração como o Departamento de Defesa têm tido percepções coincidentes com estas conclusões, atribuindo especial relevância aos mecanismos militares bilaterais como forma de solidificar as débeis instituições africanas, também elas vectores essenciais na luta anti-terrorista. Segundo Gregory L. Joachim, o Presidente Bush anunciou um pacote financeiro de 100 milhões de dólares para a *East Africa Counterterrorism Initiative* e 7,5 milhões foram dedicados especialmente à missão CIVPOL, na Libéria. Na outra costa, os fundos anti-terroristas aumentaram de 15,4 milhões em 2001, para 23,6 em 2004.⁴⁴

O secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, tem vindo a encetar um conjunto de iniciativas na mesma direcção, num plano de treino militar conjunto, reequipamento das Forças Armadas e partilha de informação com Estados vitais na luta anti-terrorista, entre eles alguns no Magreb, como a Argélia, Tunísia e Marrocos.⁴⁵ Mas um particularismo teve de ser dado à África subsariana, pelos indicadores que já foram explicados e, certamente, por um conjunto de informações secretas que entretanto foram tidas em conta. Um dos mais recentes planos estratégicos do Pentágono passa, exactamente, por aqui. No *Quadrennial Defense Review Report*, de Fevereiro de 2006, estão bem patentes as preocupações com a segurança regional, bem como com um olhar mais alargado da geografia da luta anti-terrorista: “In the Trans-Sahara region, the U.S. European Command’s Counter-terrorism Initiative is helping regional states develop the internal security forces and procedures necessary for policing their national territories. This initiative uses militar and civilian engagements with partners in northern and western Africa to counter emerging terrorist extremist threats. In Niger, for example, a small team of combat aviation advisors has helped Niger’s Air Force hone its skills to prevent the under-developed eastern part of the country from becoming a safe haven for transnational terrorists”.⁴⁶

43 *Idem*, p. 112.

44 Gregory L. Joachim, “Draining the Swamp or Feeding the Crocodiles in Sub-Saharan Africa?”, *Orbis*, Winter 2005, p. 164.

45 Cf. Giles Tremlett, “Rumsfeld vows to Strengthen North African Military Ties”, *The Guardian*, February 13, 2006, p.23; Will Dunham, “Rumsfeld Seeks Stronger Military Ties in Maghreb”, *The Washington Post*, February 11, 2006.

46 *Quadrennial Defense Review Report*, Department of Defense, February 6, 2006, p. 12.

Um dos elementos a ter em conta nesta percepção da ameaça terrorista em África tem sido a capacidade que as redes transnacionais têm de captar recursos financeiros com base no tráfico de diamantes. Recorrentes informações têm sido divulgadas, apontando para uma alteração geográfica nos financiamentos, nomeadamente da al-Qaeda, que viram a intervenção no Afeganistão aniquilar alguns recursos e cadeias de financiamento que detinham.⁴⁷ Neste campo particular, a Serra Leoa, o Congo, o Burkina Faso e a Libéria têm sido palco de contrabando, naturalmente facilitado pela incipiência fronteiriça que um pouco por toda a África existe.

Neste quadro, paralelamente ao cenário securitário, joga-se um jogo de equilíbrio de poderes entre a China e os EUA. Pequim, por seu lado, há já algum tempo que tem vindo a encetar um caminho muito activo naquela região, sobretudo por questões ligadas à influência económica e ao controlo dos recursos energéticos, essenciais ao seu crescimento económico - a China importa 29% das suas necessidades petrolíferas de África, a segunda região que mais abastece a sua economia, logo após o Médio Oriente, com 45%.⁴⁸ Tradicionalmente partidária do campo dos movimentos independentistas de meados do séc. XX, a China alterou a sua postura face a África nos últimos anos, em virtude do seu papel de *global player*, nomeadamente no cenário económico.

Um pouco por toda a África, a China tem adquirido um controlo de recursos energéticos em troca de alguns produtos manufacturados. Em 2001, por exemplo, a China foi o maior comprador de madeira da Libéria. Mas a Etiópia, o Quênia, e Angola têm sido parceiros privilegiados no que toca ao investimento feito. Uma forma subtil de exercer um domínio regional alargado que se estenda ao universo político. Mas se, enquanto competidor económico, a legitimidade não se discute, no que toca aos princípios por que se regem essas parcerias, o caso é menos pacífico. Se, por um lado, tem havido um esforço de participação em missões de *peacekeeping* da ONU (seis, neste momento), com particular incidência para a Libéria (600 homens), e de aumento de diplomatas na região do Golfo da Guiné, também é verdade que alguns Estados têm perpetuado os seus regimes à custa dos apoios financeiros chineses. O Sudão e o Zimbabwe são exemplos disto.

Uma das conclusões demonstradas por um recente relatório de segurança norte-americano, precisamente sobre o Golfo da Guiné, tem isto em conta: "Perhaps most

47 Cf. "Diamonds: A Rebel's Best Friend", *BBC News*, May 15, 2000; "Blood Diamonds", *BBC News*, October 19, 2001; "Blood Diamonds Polished Off", *BBC News*, November 5, 2002; Princeton N. Lyman and J. Stephen Morrison, "The Terrorist Threat in Africa", *Foreign Affairs*, Vol. 83, N. 1, January/February 2004, p. 84.

48 David Zweig and Bi Jianhai, "China's Global Hunt for Energy", *Foreign Affairs*, Vol. 84, N. 5, September/October 2005, p. 28.

disturbing to U.S. political objectives is China's willingness to use its seat on the UN Security Council to protect some of Africa's most egregious regimes from international sanction, in particular Sudan and Zimbabwe".⁴⁹ O caso do Sudão é ainda mais marcante sobre o comportamento internacional chinês, uma vez que através do seu lugar no Conselho de Segurança vem impedido este órgão de aprovar sanções contra Cartum, como forma de pressão sobre o regime, na resolução do conflito do Darfur. Robert Mugabe, Presidente do Zimbabwe, tem encontrado em Pequim um aliado que o ajuda a manter-se no poder.⁵⁰ Não se pondo directamente em causa a prática económica concorrencial entre China, EUA e restantes Estados intervenientes, existe na prática chinesa uma ausência de paralelismo entre o tipo de regimes e a condução de negócios. Com isto não estamos a afirmar que apenas a China o faz. No entanto, a preocupação com a segurança e a luta anti-terrorista levada a cabo pelos norte-americanos não desliga o tipo de regimes às ligações que possam ter com redes terroristas, com o crime organizado ou com a violação de direitos humanos. Existe, no interior da Administração, uma clara vocação para os problemas securitários e de estabilidade regional. São estes vectores que, em grande escala, conduzem ao investimento, seja por necessidade de neutralizar investidas terroristas, seja por uma questão de mercado.

A presença da China em África trouxe aos EUA uma nova atenção para os recursos naturais em cena. Mas ao passo que para a China "business is business"⁵¹ – nas palavras do vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Zhou Wenzhong –, para os EUA o problema do islamismo radical, das redes terroristas aliadas de Estados párias e o tráfico de recursos minerais para financiamento do terrorismo, estão em sintonia com as preocupações económicas concorrenciais com Pequim.

Parece tratar-se de diferentes concepções e percepções das ameaças contemporâneas. Para os EUA, democratizar, desenvolver e estabilizar determinadas regiões tem implicações na luta anti-terrorista à escala global. Para a China, e recorrendo novamente às palavras do seu vice-MNE, "we try to separate politics from business".⁵² São

49 Anthony Lake, Christine Todd Whitman, Princeton N. Lyman and J. Stephen Morrison, "More than Humanitarianism: A Strategic U.S. Approach Toward Africa", *Council on Foreign Relations Report*, December 2005, p. 39.

50 Jonathan Watts and Andrew Meldrum, "Mugabe finds Succour in Beijing Deals", *The Guardian*, July 27, 2005; Leader, "China and its Chums", *The Guardian*, July 28, 2005.

51 Howard W. French, "China in Africa: All Trade and no Political Baggage", *The New York Times*, August 8, 2004.

52 *Ibidem*.

maneiras diferentes de exercer o poder no sistema internacional. Veremos quem terá mais sucesso. Até agora parece que o resultado não nos oferece muitas dúvidas. Mas em democracia, claro está, há sempre quem não concorde com a nossa opinião. E por isso não é privado dos seus mais elementares direitos e liberdades. Que assim continue a ser.

6. Conclusão

A situação em África, particularmente na costa ocidental, tem-se agravado nos últimos anos, devido a um conjunto de factores. Com incipientes instituições e fragilidades na construção do Estado, o poder militar tem vindo a confrontar-se com dificuldades de autonomização da esfera política. Com indicadores altíssimos de corrupção e regimes distantes dos padrões mínimos de democracia, não consegue o poder central - muito menos a quase inexistente iniciativa privada - criar um sistema de ensino capaz de satisfazer os elevados níveis de iliteracia das populações que, de uma forma geral, impera nestes países.

Face a isto, verificamos que a natureza do Islão em África se tem aproximado dos comportamentos extremados adoptados na região do Médio Oriente, por exemplo. Disso se têm aproveitado as redes terroristas que, recorrendo ao tráfico de diamantes e de droga, encontraram novas fontes de financiamento. A par destes actores não estatais, logo menos controláveis pelas autoridades nacionais e internacionais, existem cada vez mais avultados investimentos de importantes Estados para a construção de um sistema de ensino corânico que prevaleça sobre o débil sistema estatal, em sociedades onde a percentagem de população muçulmana permite aspirações políticas de outra dimensão. Em presença deste quadro, e com uma deslocalização geográfica dos “subterrâneos” meios terroristas para África, a China havia iniciado uma investida económica há já algumas décadas, agora incrementada pelas necessidades energéticas que o seu crescimento económico exige. Também face a esta presença, mas não apenas por ela provocada, os EUA, sobretudo a partir de 2001, voltaram o seu olhar também para a África ocidental, quer por razões económicas, aceleradas pela emergente influência chinesa na zona, mas também pela natureza das ameaças à segurança internacional, que se adaptam à luta anti-terrorista que levam a cabo desde então.

No entanto, este equilíbrio de poder na região tem na sua origem uma natureza que os diferencia. Por estarmos em presença de regimes totalmente diferentes, a China e

os EUA têm prioridades distintas, assim como concepções divergentes das ameaças contemporâneas à segurança internacional. Enquanto que, para os primeiros, a influência nas esferas energética e econômica é a prioridade, para os segundos torna-se difícil dissociar estabilidade governativa, regimes democráticos e desenvolvimento econômico com a neutralização do terrorismo transnacional, que no plano bilateral e multilateral pretendem desenvolver com os países da África subsariana.